

O ATO DISCURSIVO BLACK BLOC E A GRAMÁTICA DE RESISTÊNCIA

THE BLACK BLOC ACT AND THE GRAMMAR OF RESISTANCE

Marcos Roberto dos Santos Amaral*

A capacidade inovadora destes movimentos parece basear-se menos em seu potencial político e mais em seu potencial para criar e experimentar formas diferentes de relações sociais cotidianas. É evidente que este processo está ocorrendo nos subsolos das estruturas de poder” (EVERS, 1984, apud ARDITI, 1988).

RESUMO: Este trabalho delinea-se como um elo numa cadeia de atos acadêmicos e políticos desenvolvidos por professores, sujeitos sociais e alunos enquanto resistência contra atos reacionários. Valemo-nos do conceito de gramática da dor/de resistência (Alencar, 2014) para vislumbrar particularidades transformadoras de enunciados concretos (Bakhtin, 2011) associados às práticas discursivas de novos movimentos sociais e de seus sujeitos (Gohn, 2008; Houtart, 2007), que emergem a partir da contradição viva com fenômenos sociais contemporâneos. Metodologicamente, a partir da estabilização tensa de formas típicas de interação discursiva sensível a vozes sociais marginalizadas em estruturas discursivas específicas, relacionamos as noções de gramática de resistência, novos movimentos sociais e “erros” (segundo perspectivas normativistas conservadoras) gramaticais, para discutir o enunciado “Black Bloc, questão de escolha”, publicado na página do Facebook Black Bloc – RJ em 06/12/2013. Consideramos que este discurso se dispõe a eticamente escutar o grito dos marginalizados e busca legitimar formas discursivas que se delineiam enquanto indistinção entre verbo, vida e luta social.

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros do Discurso. Gramática de Resistência. Ato *Black Bloc*.

ABSTRACT: This work is outlined as a link in a chain of academic and political acts developed by teachers, social subjects and students as resistance against reactionary acts. We use the concept of grammar of pain / resistance (ALENCAR, 2014) to glimpse transformative particularities of the Concrete Stament (BAKHTIN, 2011) associated

* Doutor em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da UECE - PosLA-UECE (2021), professor da rede estadual de ensino do Ceará - SEDUC-CE. E-mail: mdmrsamaral@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8130-4580>,

with the discursive practices of new social movements and their subjects (GOHN, 2008; HOUTART, 2007), which emerge from the living contradiction with contemporary social phenomena. Methodologically, from the tense stabilization of typical forms of speech interaction sensitive to marginalized social voices in specific discursive structures, we relate the notions of grammar of resistance, new social movements and grammatical “errors” (according to conservative normative perspectives), to discuss the statement “Black Bloc, a matter of choice”, published on the Facebook page Black Bloc - RJ on 12/06/2013. We consider that this discourse is willing to ethically listen to the cry of the marginalized and seeks to legitimize discursive forms that are outlined as indistinguishable between verb, life and social struggle.

KEYWORDS: Speech Genres. Grammar of Resistance. Black Bloc Act.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma discussão que reverbera diversas ações em conjunto, todas em prol da resistência contra atos reacionários. Ao final da disciplina do Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada, da Universidade Estadual do Ceará - PosLA-UECE, “Tópicos em Estudos Críticos da Linguagem: gramáticas de resistência dos movimentos sociais no Brasil e na Grã-Bretanha”, ministrada pelos professores Claudiana Nogueira de Alencar (PosLA/UECE), Sandra Maria Gadelha de Carvalho (MAIE, UECE), José Ernandi Mendes (MAIE, UECE) e Joyce Canaan (Pós-doutoranda PosLA), juntamente com a participação de representantes do MST, grupos feministas e da cultura negra, propôs-se o desafio de pensar, em forma de artigo, as potências transformadoras dos movimentos sociais contemporâneos – os quais, inclusive em sala, já haviam sido estudados a partir de dissertações e teses de alunos do PosLA. Por conta disso, nós, alunos, juntamente com professores e movimentos sociais, pensamos em refletir sobre algum ângulo que pudesse ampliar os atos críticos empreendidos pelos colegas em suas análises dos movimentos sociais.

Assim, analisamos como a recorrência do que, para lógicas hegemônicas, seriam “erros” gramaticais, reverbera a existência de uma prática de atuação política fundada no ataque direto e radical de símbolos do poder capitalista, problematizando a lógica conservadora de deslegitimar índices de grupos não hegemônicos. Em tais recorrências, nesse horizonte, seriam “desvios” do padrão reacionário particular de um grupo dominante que o impõe estrategicamente a grupos subjugados a fim de os controlar e marginalizar. Essa recorrência dialoga com os sentidos das lutas sociais de maneira que o que é desvalorizado por ser um “erro” é assumido como valor por ser a afirmação de um modo de ser autêntico.

Esta análise é desenvolvimento de um seminário apresentado sobre a dissertação de Vasconcelos (2021), a partir da qual, compreendemos as formas como a mídia brasileira representou e disputou o poder de marginalizar ou não estes novos sujeitos sociais, os *Black Blocs*.

Empreendemos nossa análise entendendo que o uso de “incorrekções”, “desvios”, para um ponto de vista reacionário (ou “criativas alternativas”, segundo um ponto de vista contra-hegemônico) dos padrões normativos oficiais gramaticais podem assumir sentidos de reversão da lógica hegemônica de marginalizar formas distintas das “eleitas” pelos grupos dominantes. Este sentido transformador constitui-se conforme dialogue com tendências sociais que reclamam a reestruturação dos *modi operandi* característicos de ordens de poder, as quais emergem na conjugação de diversos sentidos, sensibilidades, valores e atos coletivos contra-hegemônicos.

Para tanto, valemo-nos do conceito de Gramática da Dor/de Resistência (Alencar, 2014) como forma viva de uso discursivo, para lidar com práticas discursivas como maneira de problematização de contradições sociais corporificadas em interações que buscam a redefinição de práticas históricas de abuso de poder. De fato, tal gramática delinea-se enquanto conjunto de atitudes concretas orientadas para ressignificar discursivamente os sofrimentos vivenciados socialmente. Recorremos, também, à noção de Gêneros do Discurso (Bakhtin, 2011), segundo a qual se compreende o discurso enquanto estabilização tensa e, portanto, provisória de formas típicas de interação discursiva sensível em estruturas socialmente produtivas para problematizar no enunciado como mudanças discursivas se interconstituem com lutas sociais. Tentamos, com isso, vislumbrar as particularidades das práticas discursivas de novos movimentos sociais e de seus sujeitos, (Gohn, 2008; Houtart, 2007), que emergem a partir de contradições sociais contemporâneas.

Num primeiro momento, discutimos as singularidades dos movimentos sociais e sua participação crítica nas lutas sociais contra-hegemônicas. Em seguida, debatemos quais e quem são os novos movimentos e sujeitos sociais que se inscrevem a partir de novas formas de lutar socialmente. Depois, definimos as noções de Gramática de Resistência e Gênero do Discurso.

Antes de emprendermos nossa análise, fazemos ponderações sobre a noção de “erro”, de “desvio”, sobre o uso que posturas elitistas fazem de princípios de estabelecimentos de códigos idealizados associados às perspectivas normativistas gramaticais, e à relação entre escolhas estilísticas e condutas sociais. Em seguida, analisamos o enunciado “*Black Bloc*, questão de escolha”, publicado na página do Facebook *Black Bloc – RJ* em 06 de dezembro de 2013, tematizando como determinadas “escolhas” textuais e gramaticais respondem aos projetos transformadores dos atos de resistência *Black Bloc*. Consideramos que este discurso faz um uso alternativo do espaço das mídias sociais como extensão de uma tática de luta política que escuta as diversas vozes dos grupos marginalizados legitimando suas formas discursivas características.

MOVIMENTO SOCIAL E LUTA POR CIDADANIA

não garantindo o Estado os direitos e condições sociais satisfatórios aos sujeitos e classes sociais marginalizados, no atual contexto político-sócio-histórico, a luta por tais demandas organizam-se em grupos que formalizam instituições de forma a mobilizarem-se socialmente

em favor de seus direitos. Nesse contexto, a luta por direitos básicos diversifica-se: luta-se por moradia, trabalho, saúde, educação, contra violências contra mulheres, liberdade de escolha sexual, saúde ambiental etc. São os direitos sociais modernos, conforme explica Gohn (2008). Os chamados movimentos sociais são um meio de o cidadão desamparado pelo Estado exercer sua cidadania. Para tal, surge a necessidade de se criarem espaços sociais de atuação civil e cidadã autênticos. Estes novos espaços não apenas são um espaço de atuação em busca dos direitos negligenciados como também o são de exercício de deveres sociais, possibilitando o efetivo fazer de cidadania. Segundo Gohn (2008, p. 31):

A cidadania, nos anos 90, foi incorporada nos discursos oficiais e ressignificada na direção próxima da ideia de participação civil, de exercício da civildade, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque ela não trata não apenas dos direitos, mas também de deveres.

Estes novos espaços são denominados espaço público não estatal, por serem “onde irão situar-se os conselhos, fóruns, redes, e articulações entre sociedade civil e representantes do poder público para a gestão de parcelas da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais” (GOHN, 2008, p. 34). É importante ressaltar que estes espaços não devem ser entendidos como servindo somente para ocupação pelas minorias de espaços dominados pelos representantes do governo; antes, devem ser entendidos como uma maneira de democratizar a gestão da coisa pública, para direcionar a administração aos interesses autênticos da população real. Gohn (2008) aponta, no panorama dos movimentos sociais brasileiros, 13 eixos temáticos, quais sejam: 1 – movimentos sociais ao redor da questão urbana pela inclusão social e por condições costumeiras na cidade; 2 – mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão político-administrativa da cidade; 3 – movimentos pela educação; 4 – movimentos ao redor da questão da saúde; 5 – movimentos de demanda na área do direito; 6 – mobilizações e movimentos sindicais contra desemprego; 7 – movimentos decorrentes de questões religiosas de diferentes crenças, seitas e tradições religiosas; 8 - mobilizações e movimentos pela reforma agrária; 9 – movimentos contra políticas neoliberais; 10 – grandes fóruns de mobilização da sociedade civil organizada; 11 - mobilizações e movimentos das cooperativas populares; 12 – mobilizações do Movimento Nacional de Atingidos pelas Barragens, hidrelétricas, implantação de áreas de fronteiras de exploração mineral ou vegetal; 13 – movimentos sociais no setor da comunicação.

A fim de promover a cidadania, os movimentos sociais estabelecem suas metas a partir da ótica do direito, entendido pela dimensão das necessidades e experiências dos seres humanos, acumuladas historicamente, buscando a superação dos imperativos e corolários da lógica do mercado. Gohn (2008, p. 42) explica:

O tema dos direitos é fundamental porque ele dá universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas,

atribuindo-lhes caráter emancipatório. É a partir dos direitos que fazemos o resgate da cultura de um povo e de uma nação, especialmente em tempos neoliberais que destroem e massificam as culturas locais, regionais ou nacionais.

Tal contexto social é organizado sociopoliticamente por sete características, as quais são de acordo com Gohn (2008): 1 – a crise do modelo econômico e desemprego; 2 – o aumento crescente de demandas sociais; 3 – a violência urbana generalizada contra os cidadãos; 4 – as incertezas e medo no plano internacional, principalmente, devido aos efeitos de guerras e ações terroristas; 5 – a desregulamentação das políticas sociais; 6 – a não disponibilização de recursos financeiros. Nesse sentido, de acordo com Gohn (2008, p. 43), a principal inovação no campo de ação democrática são “as práticas geradas pela sociedade civil que alteram a relação estado-sociedade, ao longo do tempo, e constroem novas formas de agir político, especialmente na esfera pública não estatal”.

Segundo Ribeiro (2013, p. 28,29), “a luta de classes está no cerne dos movimentos sociais, seja na perspectiva da revolução seja na de reação”. Gohn (2008, p. 40) destaca que os movimentos sociais se definem enquanto “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam diferentes formas da população de organizar e expressar suas demandas”. Nesse sentido, é bastante importante destacar quais são as principais contradições em que a sociedade se inscreve. Isto para se delinear em que medida estas contradições disparam diversos ataques contra o bem-estar da maioria dos sujeitos sociais. Massiah (2016) indica cinco destas contradições mais agudas a desafiar os sujeitos históricos atualmente:

1 – as desigualdades sociais e as discriminações; as ecológicas, por causa dos perigos que rondam o ecossistema planetário; geopolíticas, em razão das tensões econômicas e políticas; as ideológicas, em virtude do questionamento da democracia; as estruturais violências xenofóbicas e racistas; e as políticas, graças à exacerbação da subordinação da política à economia que nutre a desconfiança em relação ao político e desvia a atenção dos abusos sociais perpetrados em função do mercado;

2 – as demandas que dizem respeito às questões sobre as mulheres, sexualidades, de juventude e étnico-raciais contra a violência, o racismo e discriminações, pela igualdade de direitos e políticas públicas que promovam a igualdade; a luta por moradia urbana, destacando-se as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST; no campo, por reforma agrária e contra o agronegócio, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, sindicatos rurais e povos indígenas por demarcação de suas terras;

3 – a luta por educação de qualidade, para a qual confluem movimentos urbanos e rurais, envolvendo tanto estudantes e docentes das escolas básicas quanto universidades. Tais movimentos demandam investimentos para maior qualidade da educação, com melhor infraestrutura, concursos para professores, funcionários e gestão democrática, bem como pelo acesso à educação e escolarização no campo, políticas culturais com aporte de recursos e

manutenção do próprio Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ameaçados de extinção desde o Governo “interino” de Temer (maio de 2016);

4 – as questões de sindicatos de servidores contra o desmonte do serviço público, retirada de direitos e contra o achatamento salarial;

e 5 – a luta dos movimentos ecológicos que denunciam a lógica destrutiva do capitalismo, a qual ocasiona o aquecimento global; o uso massivo de agrotóxicos e transgênicos, e a luta por políticas de energia limpa e de apoio à Agroecologia.

É nesse contexto de lutas por pautas tão complexas, plurais e específicas, que os novos movimentos e sujeitos sociais se inscrevem e participam da criação de alternativas para as lutas sociais.

OS NOVOS MOVIMENTOS DOS NOVOS SUJEITOS SOCIAIS

diante dos atuais imperativos sociais, deve-se compreender que, conforme Houtart (2007, p. 1), “a história da humanidade caracteriza-se por uma multiplicidade de sujeitos coletivos, portadores de valores de justiça, de igualdade, de direitos e protagonistas de protestos e lutas”, e que:

Mais que nunca, o capitalismo destrói, como o notava Karl Marx há mais de um século e meio, as duas fontes de sua riqueza: a natureza e os seres humanos. Na verdade, a destruição ambiental afeta a todos e a lei do valor hoje inclui a todos. A mercantilização domina a quase totalidade das relações sociais, em campos cada vez mais numerosos como o da saúde, da educação, da cultura, do esporte ou da religião. Além disso, a lógica capitalista tem sua institucionalidade. Recordemos primeiro que se trata de uma lógica e não de um complô de alguns atores econômicos (senão bastaria convertê-los e corrigir abusos e excessos). Lembro-me de um empresário de Santo Domingo, testemunha de Jeová, que dizia a propósito de seus operários aos quais amava com um amor muito cristão: “chamo meus trabalhadores, magos, porque não sei como podem viver com o salário que lhes dou”. A mudança exige uma ação estrutural, hoje globalizada, de atores determinados com agendas precisas (HOUTART, 2007, p. 1)

Estas duas observações evidenciam que, se por um lado, os movimentos sociais estão intimamente relacionados com os problemas de garantia de um estado de bem-estar para todos os sujeitos sociais e não apenas para uma minoria que desfruta de acesso satisfatório aos bens, serviços e outros meios de existência não precarizados, por outro, eles modificam-se conforme alteram-se as formas de exploração social e manutenção de um *establishment* que permitirá essa exploração. De fato, o estabelecimento de uma ordem social, que se interconstitui

numa organização estrutural fundada na exploração, ocorre através de formas institucionais altamente adaptáveis a qualquer mudança nas relações sociais, especialmente, aquelas que apontam o questionamento desse *establishment*, de maneira que seja, sem maiores prejuízos para os interesses hegemônicos, amenizado tal questionamento. É o caso do surgimento de diversas instituições responsáveis pela guarda da disposição social para a aceitação da exploração. Houtart (2007, p. 3) explica:

[O] capitalismo globalizado tem suas instituições: a OMC, o BM, o FMI, os bancos regionais e também seus aparelhos ideológicos: meios de comunicação social, cada vez mais concentrados em poucas mãos. Finalmente, goza do poder de um império, Estados Unidos. O dólar é a moeda internacional e a América do Norte detém o único direito de veto no Banco Mundial e no FMI, e um veto compartilhado no Conselho de Segurança. Este país conserva, além disso, quase um monopólio no campo militar, com mão sobre a OTAN e a capacidade de começar guerras preventivas. Quando se trata de intervir militarmente no Iraque ou Afeganistão para controlar as fontes de energia, o faz sem olhares. Suas bases militares multiplicam-se e estendem-se sobre o planeta e seu governo se autoatribui a missão de reprimir as resistências no mundo inteiro, sem duvidar em utilizar a tortura e o terrorismo como mecanismos. Entretanto, o império tem suas debilidades.

É justamente sobre a debilidade estrutural das formas de estabelecimento de poder que elas mesmas se autorregulam, a fim de, constantemente, corrigirem-se para melhor responder a suas críticas, sem, contudo, perderem sua hegemonia; isto é, seu poder de exploração. Por isso, para manter os clássicos modos de exploração, renovam-se criativamente, para se perpetuarem. Justamente, por conta disso, deve-se pensar que os movimentos sociais precisam considerar que eles também mudam, historicamente, e que, juntamente com suas demandas e formas clássicas, outras se inscrevem e determinam os rumos da luta contra o poder. É certo que a noção dos novos sujeitos históricos se estende “ao conjunto dos grupos sociais submetidos, tanto aqueles que formam parte da subsunção real (representados pelos chamados ‘antigos movimentos sociais’) como os que integrariam o grupo dos subsumidos formalmente (‘novos movimentos sociais’)” (HOUTART, 2007, p. 3,4), de sorte que a pluralidade e, de certo modo, informalidade delineiam a forma dos novos movimentos sociais porque serão organizados por novos sujeitos sociais emergidos de novas relações de poder, fundadas em relações não oficiais.

Por fim, é importante saber quais são as duas condições básicas que contribuem para o surgimento do novo sujeito histórico, de acordo com o que Houtart (2007, p. 8,9) assevera:

[E]m primeiro lugar, é necessário elaborar uma consciência coletiva sustentada em uma análise apropriada da realidade e uma ética. Quanto à análise, trata-se de utilizar instrumentos capazes de estudar

os mecanismos de funcionamento da sociedade e de entender suas lógicas, com critérios que permitam distinguir causas e efeitos, discursos e práticas. Não se trata de qualquer tipo de análise, mas sim daquela produzida com o aparelho teórico crítico mais adequado para responder ao grito dos de baixo.

O segundo elemento que contribui para a construção de uma consciência coletiva é a ética. Não se trata de uma série de normas elaboradas em abstrato, mas sim de uma construção constante pelo conjunto dos atores sociais em referência à dignidade humana e ao bem de todos. As definições concretas podem trocar segundo os lugares e as épocas e, quando se trata da realidade globalizada, a perspectiva ética terá que ser elaborada pelo conjunto das tradições culturais: isto é, o conceito real dos direitos humanos.

Nesse sentido, vislumbra-se a emergência de novas lutas políticas, tais como as de mães de filhos mortos pelo governo, as de pessoas com deficiência, as de direito da natureza, as de direito de encarcerados e a de cidadãos urbanos sem acesso à educação, à saúde e ao lazer formais, bem como as lutas antirracistas, feministas e contra homofobia, para além das de proletários e camponeses. Estas novas lutas trazem consigo novas interações sociais e discursivas.

Para refletir sobre estas novas práticas discursivas, discutimos as noções de Gramática de Resistência e Gêneros do Discurso.

A GRAMÁTICA DE RESISTÊNCIA E OS GÊNEROS DO DISCURSO

a luta dos movimentos sociais contra as formas de poder, exploração social e a afirmação de sujeitos marginalizados se organizam semiótica e socialmente interconstituindo-se com práticas discursivas sensíveis às contradições sociais. A partir desta constatação, é possível reconhecer uma Gramática de Resistência, enquanto conjunto de atos que organizam práticas de combate às ordens sociais reacionárias que sustentam seu poder valendo-se da marginalização de formas de vida distintas destas ordens. Nesse sentido, a experimentação de processos traumáticos, de dor e comoção sociais incorporados em formas discursivas assumem um papel revolucionário importante, no sentido de que indiciam tendências sociais marginalizadas que reclamam seus direitos sociais, políticos e civis. Alencar (2014, p. 2014) considera que:

[A] gramática da dor como agência, possível pela ideia de que a linguagem é modo de ação social e forma de vida (AUSTIN, 1962; WITTGENSTEIN 1958), é uma gramática descolonizadora na medida em que ela promove o reconhecimento da dor moral (HONNET, 2003) que sofrem os oprimidos e assim constitui um sentido para a solidariedade para desmantelar

hierarquias étnicas, sexuais, geográficas, linguísticas, socioeconômicas na luta por libertação contra o “sistema mundo capitalista colonial/patriarcal” (GROSFOGUEL, 2009).

É importante compreender que um ato discursivo está, indissociavelmente, relacionado com atos/agências sociais, de tal feita que ações sociais só fazem sentido se consideradas em comunhão com a situação histórica e vice-versa. Por isso, é possível pensar numa Gramática de Resistência que considera as formas discursivas por estarem impregnadas de tensões sociais. Em decorrência disso, considera-se a linguagem como um processo vivo, concreto, que participa da constituição de modos de agir política e discursivamente. A respeito, Alencar observa que essa gramática se delineia enquanto ato de construção histórica de “formas de vida, que respondem pelo ordenamento de discursos, de subjetividades e de ideologias” (ALENCAR, 2014, p. 12,3).

Como se vê, Gramática de Resistência é uma noção que aponta para a percepção de que há agências sociais contra-hegemônicas de cujos usos discursivos se depreendem formas de organização do material semiótico e social, uma vez que tal gramática é uma forma de identificação de modos de ação que resistem ao ataque contra os direitos de grupos marginalizados.

Ao não distinguir prática discursiva de prática social, sob a razão de que a situação histórica é reverberada pelo material linguístico, consideramos válida a compreensão de que esta gramática se organiza a partir da estabilização de enunciados típicos, o que, segundo a perspectiva bakhtiniana, relaciona-se com a noção de Gêneros do Discurso. E numa base onto-epistemológica que problematiza noções representacionistas (com a qual a linguagem serviria para “etiquetar” as coisas que existem anteriormente no mundo), por exemplo, perspectivas que reconhecem apenas que usos linguísticos servem às questões de normatização de usos idealizados e não possuem uma dimensão política e noções normativistas (com a qual determinados padrões são privilegiados - com o que, outros são deslegitimados), por exemplo, perspectivas que pretendem a existência, diante da pluralidade concreta, de um padrão ideal - conveniente aquele em que seus representantes se inserem. Importante notar que estas perspectivas se associam às compreensões da linguagem como apenas “neutro” instrumento de comunicação e não como situadas ação e construção do/no/atraves do mundo. Também que, em geral, nas áreas dos estudos da linguagem, esta última compreensão é a que vigora, e que, muitas vezes, a contradição com a primeira se orienta visando as vicissitudes de conflitos entre diversos grupos, por exemplo, como estudamos aqui, quando grupos conservadores se valem de noções sobre linguagem ultrapassadas para constranger práticas sociais.

A concepção de gênero define-se enquanto prática social que se interconstitui com modos de interação semiótica que respondem a vicissitudes, contingências, contradições, específicas dessas práticas sociais (Bakhtin, 2011). Os gêneros, a organizarem modos rotineiros, autorizados e criativos, de interação discursiva, “correspondem a situações típicas da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011, p. 293). São um ponto de contato tenso das práticas

sociais com as condições de uma disposição/contingência históricas, organizado num material discursivo. Nesse sentido, “refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo” (BAKHTIN, 2011, p. 263), onde contraditórias práticas se desenvolvem e estabelecem formas rotineiras, relativamente estáveis, de interação discursiva. Essa relação entre Gênero do Discurso e esfera discursiva define-se, na medida em que:

[A] riqueza e a diversidade dos gêneros são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2011, p. 262).

Vê-se que, quanto mais complexa forem as formas de organização das práticas sociais, mais complexas serão as práticas discursivas que respondem a elas. Assim, a heterogeneidade do gênero está associada ao fato de que os gêneros discursivos estão orientados para as “condições da comunicação discursiva imediata” (BAKHTIN, 2011, p. 263). Tal orientação, por sua vez, delinea-se de acordo com a relação entre enunciados concretos e as experiências culturais de vida/interações sociais. Sob esse viés, a relação entre práticas sociais e discursivas, pode ser percebida, especialmente, com a noção bakhtiniana de gênero, quando este é delineado, a partir das peculiaridades da interconstitutividade entre temas, estilos e estrutura composicional (Bakhtin, 2011). Conforme Bakhtin (2011, p. 265), “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados que a vida entra na língua”.

Apresentadas as noções que fundamentam a nossa análise, para a empreender, apropriadamente, passamos a discutir as questões metodológicas fundamentais deste artigo.

PARÂMETROS TEÓRICOS E ANALÍTICOS

mobilizamos as noções de Gramática de Resistência e de Gênero do Discurso no que elas permitem “compreender” as práticas discursivas enquanto linguagem viva e a relação interconstitutiva entre contexto histórico e materialidade discursiva. Esta compreensão subentende que, mais que um conjunto de regras aprioristicamente determinadas/impostas aos interlocutores, ao qual devem recorrer para comunicar suas ideias, volições e sentimentos, são as práticas discursivas ações constitutivas no/do mundo. A primeira a lidar com a linguagem como forma de vida, como agenciamento de práticas situadas de resistências contra violências sociais e, a segunda, como organização e relativização de práticas discursivas e sociais permitem a análise das peculiaridades das lutas sociais, especialmente, no que toca a questões de relações de poder. De fato, pode-se problematizar como jogos políticos de violências sociais são arquitetados por meio de constrangimentos nas formas de organização das

práticas discursivas que se estabilizam contraditoriamente, do mesmo modo que forma transformações discursivas endossam modos de resistência frente a atos conservadores.

Tais particularidades, com efeito, articulam e são articuladas pelas potências transformadoras do encontro entre novos sujeitos, seus movimentos sociais e atos discursivos, na medida em que, nos pautando no potencial epistemológico da noção de Gênero do Discurso:

1 - a relação entre enunciado concreto e as experiências de vida/interações sociais são determinantes nos sentidos que serão “disparados” (no caso do ato discursivo que analisamos, os desvios da norma conservadora gramatical reverberam as contestações das condutas sociais reacionárias que constroem as práticas e culturas contra-hegemônicas);

2 - o gênero, como forma de organizar as vicissitudes das interações sociais, desencadeia problematizações sobre os pontos de vista que sustentam determinadas práticas (o ato discursivo *Black Bloc* encena a disputa pelos direitos de grupos marginalizados dentro das peculiaridades discursivas-estilísticas-políticas-culturais-cotidianas que lhe são próprias, inclusive, as peculiaridades dos seus enunciados e não as impostas pelos grupos hegemônicos); e nos pautando no potencial epistemológico da noção de Gramática de Resistência:

3 - as singularidades das formas de vida discursivas e culturais implicam maneiras específicas, conservadoras ou resistentes, de regulação, exploradora ou transformadora, da existência dos grupos sociais, de maneira que determinadas características das materialidades discursivas podem marcar a luta contra violências históricas.

Na análise do discurso objeto de nosso estudo, observamos ainda que, materialmente, nos concentramos em casos quando houve uso “alternativo” (segundo um ponto de vista contra-hegemônico)/“incorreto” (segundo um ponto de vista explorador) de regras gramaticais, especialmente: 1 - uso de coloquialismos; 2 - “problemas” sintáticos; 3 - ortográficos.

Reiteramos que o valor crítico dessas recorrências discursivas é tematizado, especialmente, quando se considera que esses usos em geral são deslegitimados em situações historicamente relacionadas a práticas oficiais, formais e afins.

As seguintes passagens, que podem ser consultadas no texto na íntegra apresentado na próxima seção, ilustram, respectivamente, cada um desses casos:

1. “Algumas você aceita, outras você rejeita”.
2. “[muitos cidadãos] não tem acesso à educação”.
3. “alias que de direito não tem nada”; “exigências começam por, saúde, educação, infra estrutura”.

Estes casos destacam-se porque dada a “qualidade” do texto em termos de jogos de palavras, conhecimento de mundo, repertório argumentativo, dentre outros aspectos linguístico-textuais-pragmáticos, ultrapassam a mera questão de tais “desvios” serem uma “incompreensão” ou uma “licença” (devido à pressa ou às possibilidades da escrita em redes sociais)

e incorporam os sentidos revolucionários de contestação dos padrões hegemônicos. Assume os valores de - para tomar o termo que o título enfatiza - “escolha” ética contra as violências sociais perpetradas estrategicamente pelos grupos dominantes. Esta escolha é endossada pelos sentidos críticos que se inscrevem, no enunciado, através dos diálogos contestatórios de ordens hegemônicas, por meio da problematização dos de “norma” e “desvio”, nos quais um ponto de vista reacionariamente normatizador tenta se sustentar. Esses diálogos podemos perceber na recorrência de passagens como as destacadas a pouco e as que apontaremos a seguir, quando indiciam a disputa pela legitimidade de modos de dizer, peculiares a determinadas esferas e grupos, refratadas em maneiras de conceber particulares usos discursivos.

Assim, procederemos em nossa análise.

O ATO *BLACK BLOC* BRASIL

Neste artigo, argumentamos que haveria “erros”, segundo uma concepção normativa, cuja mobilização do enunciado no *post* indicaria críticas de pontos de vistas e práticas reacionárias. Não afirmamos, categoricamente, que os autores tenham deliberadamente escolhido tais formas, considerando que elas possuam, de forma consagrada, aspectos discursivos relacionados à contestação de ordens hegemônicas. Admitimos, apoiados em Bakhtin (2011), que, enquanto elo em cadeias discursivas que respondem a diversos enunciados concretos, esses usos se inscrevem como posições axiológicas que refratam diversas disputas sociais.

Portanto, analisamos seu uso, menos por serem o produto de uma intencionalidade autárquica, que por serem índices de contradição de condutas e pontos de vista sociais. Sob esse viés, não endossamos que há uma norma purista a partir da qual se pode determinar algo como erro ou desvio, de maneira a reproduzir formas excludentes. Tal postura é a em que grupos supremacistas se apoiam para “justificar” seus atos excludentes. Dentre os quais, pode-se destacar o de levar para a arena das práticas discursivas essa disputa de interesses, se apropriando (em geral, cinicamente) de princípios normativos para endossar suas práticas marginalizadoras.

Tentamos tematizar que disputas sociais são travadas em função da assunção de pontos de vistas que se organizam através de oposições abstratas, como é o caso de usos da noção de erro e de acerto, de padrão e de desvio, de acordo com uma pretensa norma ideal. Ao contrário, como reforçaremos em nossas considerações, tratamos as recorrências discursivas que selecionamos de nosso *corpus* como formas de uso corrente legítimas, posto que criativas de modos de dizer, ser e agir, a despeito da vigilância reacionária que sempre recorre a sentidos de pureza linguística, para deslegitimar signos e sujeitos sociais que lhe são antagônicos. Enfim, como forma peculiar de interação discursiva, que participa das formas de estabilização de modos de ser e agir no mundo.

Sendo assim, sentidos e interesses específicos de discussões normalizadoras, como os característicos de posturas preconceituosas que se vinculam às relacionadas ao ensino de gramática normativa, com funções codificadoras de usos “ideais/corretos”, não são mobilizados. Do mesmo modo, não defendemos que o ensino de gramática seja prescindível, dentre suas possibilidades, por exemplo, a descritivista. Absolutamente, estudar a gramática de uma língua é tão preciso quanto o seu uso e a sua dimensão estética e ética. Logo, ao referimo-nos a “correção” estamos tematizando atos reacionários que, em nome de um padrão idealizado, participam da exclusão de modos de dizer, ser e agir.

Feitas essas considerações a respeito dos usos concretos de diversas formas discursivas que possuem, por assim dizer, vida social criativa, o que, independentemente de vontades de conservação de um padrão postulado, participam da organização das práticas históricas, propomos a leitura na íntegra do texto “*Black Bloc*, questão de escolha”, publicado na página do Facebook *Black Bloc – RJ* em 06/12/2013¹, a fim de possibilitar uma experiência autêntica do material discursivo.

Todos os dias, desde que você nasceu, sua vida é feita de escolhas. Algumas você aceita, outras você rejeita. Enquanto você não tem forças para escolher por si, seus pais fazem as escolhas. O que você vai comer, vestir, seus horários, etc. Com o passar dos anos, você vai ganhando força e independência. Em teoria muitos cidadãos continuam sem força para decidirem. Não tem acesso à educação de qualidade, alguns sequer acesso à uma simples água limpa, quem dirá ter forças para decidir os rumos de uma nação. E por causa dos sem voz, que vc decide ser Black Bloc.

Você pode ter as seguintes posturas, concordar passivamente com o que acontece (seja por quais fatores ou motivos forem) você pode discordar, porém se contentar, quando nada muda. (seja por qualquer motivo ou fator), você pode discordar, querer mudanças, exigi-las e se contentar quando prometem para daqui a dez ou doze anos, ou pode querer mudanças, exigi-las, entretanto cobrar que sejam feitas em tempo hábil. (e aí que o Black Bloc entra).

Ao aderir a tática Black Bloc você está EXIGINDO o mais rápido possível, mudanças concretas. Black Bloc não é bonde, não é rolê, não é como “um bando de pitboys de preto”. Toda ação tem uma causa. Black Bloc não sai para implantar o terror, não é milícia, é uma tática usada por cidadãos de bem, que não mais se sentem representados pela forma de governo atual.

Note, não é por um partido, é porque um conjunto obsoleto de ideias, que ao contrario de muitos países, não se atualiza e moderniza em prol do povo há DÉCADAS. Nosso governo, governa para poucos, visando

¹ Cf. anexos de Vasconcelos (2021).

explorar o máximo de desgraças possíveis, pois isso dá voto e dinheiro. Nossos políticos são uma corporação que se defende ferozmente, aprova leis que beneficiam a si em dias, entretanto, tudo que beneficia o cidadão demora, meses, quando não anos. A classe política sentia-se intocável, pelo fato do cidadão brasileiro ser proibido de portar armas de fogo.

Bastou a técnica Black Bloc mostrar a eles que não são intocáveis (note bem, nenhum político sofreu atentado ou foi vítima de violência) que o povo passou a ter terroristas em seu meio. (consulte as aprovações de leis, de marcos regulatórios etc, que vc vai ver o tamanho do medo e necessidade de controlar qualquer um que pense diferente, rotulando difamando, caluniando, implantando provas falsas e por aí vai).

A tática Black Bloc apenas exige que sejam efetuadas mudanças, que o governo governe para o povo e em seu nome e benefício, não através da passividade, mas da reatividade. Prontos para, e em condições de reagir, defender os direitos de muitos, muitas vezes pondo esta defesa, acima da dor, da própria segurança e integridade física. Black Bloc não é ausência de medo, e sim um medo de que se não se for feito algo AGORA, como dizem aqui no Brasil, a coisa role ladeira abaixo. Black Bloc é uma luta por igualdade, por educação, para que um dia exista auto gestão, cada um cuide de seus afazeres, seus direitos seus deveres, sem a necessidade de um governo.

Demora até chegarmos lá, entretanto, com a quantidade de impostos que pagamos as exigências começam por, saúde, educação, infra estrutura, cultura, lazer de QUALIDADE para todos. Nosso país se mostrou rico, para erguer estádios, instalações olímpicas, para pagar salários altíssimos a políticos, para sustentar privilégios de algumas centenas, enquanto milhões que dependem de educação e saúde públicos, esperam no padrão “Somalia”o que deveriam ter no padrão “FIFA”.

Black Bloc é ação imediata, para que você tenha seus direitos assegurados e pare de ser sistematicamente assaltado por quem deveria governá-lo. A polícia é arma do estado, então pedimos desculpas à todo policial, não é raiva dos senhores como pessoas, não é rixa com sua corporação, mas os senhores defendem um estado que não é o de direito, alias que de direito não tem nada.

Atrítamos com os senhores pois os senhores cumprem seu dever, e nós como cidadãos temos o dever de nos opor à leis injustas. Somos vocês, mas exigindo dos governantes aquilo que os senhores deveriam exigir mas não podem devido a sua postura. Black Bloc é povo na rua, é cidadão de bem contra o sistema que explora oprime e mata. Não com bandeirinhas, não apenas passivamente mas com a bebida que pisca e com a ira dos injustiçados, a revolta dos sem educação de qualidade, o fôlego dos explorados por uma carga tributaria esdruxula e a garra,

gana e humor do povo mais belo da face da terra. Brasileiro. Obrigado a cada um que leu esta mensagem, pelo seu tempo. Um de muitos. Black Bloc Brasil”.

Ainda, destacamos que, antes de “discutir de que maneira a mídia hegemônica, contra-hegemônica e radical construíram discursivamente a identificação do Black Bloc” como fez Vasconcelos (2021, p. 126), nosso objetivo concentra-se em questionar, em linhas gerais, como age discursivamente este novo sujeito social que pratica o movimento *Black Bloc*, a partir das peculiaridades histórico-discursivas que dão corpo ao enunciado analisado.

Feita a devida explicação sobre como nos inserimos nesta discussão, passamos ao ato discursivo *Black Bloc*, que, a nosso ver, seria uma encenação de uma tática social/gênero discursivo que requer, para sua devida compreensão, que admitamos que está no reconhecimento de sua postura revolucionária (“Atritos com os senhores pois os senhores cumprem seu dever, e nós como cidadãos temos o dever de nos opor à leis injustas. Somos vocês”) a problematização de uma postura de interpretação gramatical, pautada na correção/adequação a um padrão dominante dado como exemplar. Isto porque aquilo que causa um mal-estar ao gosto hegemônico (como um padrão institucionalizado/forçado de escrita) seria um caminho discursivo que indexicaliza, justamente, uma inversão prática da lógica do poder oficial que interdita o poder marginal.

Essa inversão consiste no atrito de duas modalidades discursivas contraditórias, neste enunciado, quais sejam: a forma mais informal típica de práticas discursivas coloquiais “su-pera” uma normativista que se apoia no “rigor gramatical”, “respeito” (submissão) ao padrão ideal hegemônico. Pode-se assumir que, à primeira vista, neste discurso haveria apenas uma mistura de possíveis modos de dizer comum ao meio midiático *on-line*, sendo fruto de uma desatenção que tem “licença” por estar na rede. No entanto, relacionado às práticas sociais sobre as quais este discurso se orienta (luta contra “a quantidade de impostos que pagamos” e luta por “saúde, educação, infraestrutura, cultura, lazer de QUALIDADE para todos”, para que “você tenha seus direitos assegurados e pare de ser sistematicamente assaltado por quem deveria governá-lo”), ele indicia as vicissitudes de estratégias de controle social, que administram/bloqueiam o acesso a diversos poderes, inclusive, o de uma educação que lhe garantisse a pretensa “boa escrita”. Um gesto que ironiza questões sobre uso da linguagem, pautados, acima de tudo, em noções de correção e respeito a padrões idealizados, uma vez que explicita que o uso da linguagem é uma questão política.

O ato político pode ser vislumbrado quando materialmente o enunciado é construído por “usos criativos”/“desviantes” de uma norma gramatical idealizada, acionada sempre por posturas elitistas, que tentam deslegitimar as potências do dizer de grupos antagônicos. Com esse horizonte, por exemplo, a informalidade do uso do “você”, “problemas” de regência, como “à todos” e ortográfico, como “pais” em lugar de “país”. Assim, polemicamente, a presença desses usos tensiona os sentidos de “problemas” de correção normativista gramatical,

aventando que há uma contradição social que deve ser atacada, a do acesso a poderes e saberes e legitimação de modos distintos de ação no mundo. Nesse sentido, destacamos que os recorrentes “desvios” do padrão normativo gramatical - idealizados estrategicamente por grupos reacionários - no discurso estudado, assumem valor de ato de resistência, como os deflagrados nos confrontos na rua durante as manifestações políticas. O modo de ataque é explicado no próprio texto (“Nosso governo governa para poucos, visando explorar o máximo de desgraças possíveis. [...] A classe política sentia-se intocável [...]. Bastou a técnica Black Bloc mostrar a eles que não são intocáveis”). Tal explicação aponta para seu exercício na rua, o que muitos diriam servandalismo, isto é, o ataque a símbolos do capital e do poder de intocabilidade das classes poderosas. Aqui, vê-se o quanto a interpretação deste discurso (manifesto político divulgado via redes sociais por novos sujeitos articulando-se/articulado em um novo movimento social) requer a consideração de que sua, por assim dizer, tessitura gramatical do enunciado se inscreve respondendo aos atos de resistência praticados por quem o diz concretamente. Assim, um discurso que evidencie a revolta contra a necessidade de adequação a um código (de conduta) gramatical conservador se torna forma de endossar as potências das lutas contra-hegemônicas.

Desse modo, neste discurso *Black Bloc*, quando formas “impróprias” de discursos não idealizados são mobilizadas em conjunto com atos de lutas sociais, elas “materializam” a imagem do ataque dos *Black Blocs* contra bancos, barricadas etc, símbolos do poder e exploração social. Há uma reiteração de especificidades da ordem social vigente, que se funda em *apartheids* sociais, que vão sedimentando um estado de insatisfação que, em momentos de maior comoção pública, explodem em formas violentas de agir e dizer conforme a dor que se sofre diariamente, sem qualquer defesa e lenitivo. Por isso, consideramos que, especialmente, o uso de coloquialismos, problemas de concordância, acentuação e pontuação corroboram neste caso os sentidos de revolta e afirmação dos modos de ser de sujeitos aliados dos poderes sociais.

A considerar o discurso como possibilidade de estabilização de regras de condutas segundo as lógicas de produção social, como resposta (que dialogicamente desencadeia outras respostas) a condições culturais, a interpretação de marcas textuais pode arquitetar-se pela crítica de modos reacionários de organização semiótica e social. Assim, a partir da releitura do valor da incorreção gramatical constitutiva do discurso *Black Bloc*, percebe-se a seguinte subversão: a situação oficial – adequação a padrões oficiais – desce à concreta – tem seu poder esvaziado quando são desconsiderados estes padrões, como quando ocorre o ato de enfrentar o poder. O contrário, como uma contemporizadora estratégia de o poder se adequar a situações de crise e reproduzir-se, é o que ocorre comumente: a situação oficial aceita apenas parte da informal quando os sujeitos marginalizados têm estrategicamente suas demandas oficializadas.

Nesse sentido, os seguintes enunciados são ilustrativos da referida releitura: “Você pode discordar, querer mudanças, exigi-las e se contentar quando prometem para daqui a dez ou doze anos, ou pode querer mudanças, exigi-las, entretanto, cobrar que sejam feitas em tempo

hábil. (e aí que o Black Bloc entra)”. Nele, a intrusão de formas marginalizadas de escrever que, podemos dizer, reclamam os direitos de formas de vida contra-hegemônicas é reforçada pelo uso de formas coloquiais (e aí que) e pela relativização do rigor ortográfico, a maneira “relaxada” - que “esvazia” a norma - de não atender os imperativos de acentuação (exigi-las; ai).

Esses usos e relativização dado o contexto de produção desse discurso *Black Bloc* concorrem para a construção dos sentidos revolucionários de “vandalizar” os símbolos do poder. A partir dessa diretriz, percebe-se outra inversão: não são mais os pressupostos da ideologias linguísticas conservadoras que quer constranger a legitimidade e marginalizar usos discursivos que lhe são antagônicos, mas os da ideologia marginalizada que reclama a sua força (“A tática Black Bloc apenas exige que sejam efetuadas mudanças, que o governo governe para o povo e em seu nome e benefício, não através da passividade, mas da reatividade”). Esta inversão, reatividade, é encenada pelas “incorrekções” no sentido de que acentuar a contradição entre padrão normativista de escrita e forma marginalizada de escrita carrega o discurso de sentidos de lutas sociais em que são afirmados valores, modos de ser e de agir, deslegitimados historicamente.

Esses sentidos contra-hegemônicos que a materialidade discursiva endossa fazem com que o ato *Black Bloc* analisado indicie a potência ética de confrontar os códigos hegemônicos conservadores e exploradores, como o fazem as lutas populares nas ruas. Daí o sentido revolucionário de que este discurso está impregnado – não foi o sujeito marginalizado que se adequou ao padrão gramatical, o qual foi relativizado segundo os propósitos desse movimento social e o estilo da sua escrita. Estes propósitos e estilo interconstituem-se com a luta contra os poderes abusivos. Daí o sentido peculiar que a “incorrekção” gramatical recebe materializando a presença cada vez maior da lógica radical contra as instituições de poder.

Com essas considerações, concluímos nossa análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

o ato discursivo analisado evidencia uma forma alternativa de se apropriar do espaço que as mídias sociais oferecem, como o *Facebook*, as quais, via de regra, são uma extensão dos espaços de comércio e consumo (a subsunção capitalista), mesmo que “disfarçados” em formas de entretenimento como clipes, *web-pages*, tutoriais, jogos etc. O enunciado “*Black Bloc*, questão de escolha” leva a esse espaço peculiaridades da luta política, inscrevendo nele traços do que Gohn (2008) indica como espaço público não estatal, promovido em função da garantia da cidadania e da autogestão revolucionária. Neste espaço, criam-se formas de interação que, frente aos novos modos de reprodução do poder, assume especificidades que ganham sentido a partir da luta social, sugerindo um novo conjunto de pressupostos éticos originados na escuta solidária e no debate entre os pares marginalizados. Conforme os sentidos das formas discursivas são organizados pelas peculiaridades das interações, especialmente, o uso de desvios da norma padrão gramatical oficial no enunciado estudado valoriza-se segundo sua relação com

as lutas sociais: não são mais marcas estigmatizadas; são afirmações das singularidades dos modos de ser dos sujeitos marginalizados.

Esse ato discursivo *Black Bloc* indicia as diversas formas de exploração por qual passam tantos sujeitos marginalizados pela lógica do capital, esta que se perpetua pela exploração, precarização e opressão da vida dos grupos marginalizados pela violenta repressão de seus movimentos sociais. Na materialidade discursiva, o combate a esta repressão é encenado quando, como vimos, a informalidade e problemas gramaticais superam, participando da constituição dos sentidos de revolta, os constrangimentos da lógica gramatical conservadora de oprimir modos de dizer marginalizados.

Como uma forma de expurgo criativo das dores sociais, através do estabelecimento de formas de interação discursiva contra-hegemônica, é um gesto sensível, juntamente com as passeatas, confrontos, convocação e divulgação de princípios, às vozes de grupos marginalizados historicamente, o que a noção de Gênero do Discurso compreende quando evidencia a mútua sensibilidade e interconstitutividade entre práticas discursivas e sociais na organização de enunciados concretos. De fato, este discurso é uma experiência que só pode ser vivenciada sem dissociar o lugar semiótico do lugar social e de sua revolta, como compreende a Gramática de Resistência.

Este discurso está carregado, seja nos seus conteúdos ou na sua materialidade, dos sentidos contra-hegemônicos das lutas sociais dos movimentos que vão para rua protestar, onde houve confrontos entre os seus sujeitos e os símbolos do poder reacionário do Estado/interesse econômico, daí a recorrência de usos discursivos, como legítimas formas correntes criativas de diversos modos de dizer, ser e agir, poder refratar a contestação de ordens reacionárias vigentes. Com efeito, a estrutura composicional do enunciado estudado tem a sua organização da materialidade discursiva relativa a usos que polemizam um padrão idealizado normativista - via de regra, acionado, por grupos reacionários - a reverberação do tema de luta contra símbolos do poder hegemônico. Enfim, a partir do que discutimos o ato discursivo pode ser empreendido como um ato em que escrever lutando implica o enfrentamento na rua, ou seja, verbo, vida e luta, são os elementos “mínimos” de gramática/forma de vida de resistência.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. N. Linguagem, dor e agência: a gramática descolonial dos trabalhadores rurais sem terra. **Linguagem em foco. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE**, V. 6, N. 2, ano 2014.

ARDITI, B. Uma gramática pós-moderna para pensar o social. **Lua Nova**, nº.15, São Paulo Oct. 1988. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451988000200006>. Acesso em: 3 mar. 2021.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2011.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção questões da nossa época: v. 37).

MASSIAH, G. Estratégias dos movimentos e projeto de emancipação. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 09. Nº 104. Março 2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/estrategias-dos-movimentos-e-projeto-de-emancipacao/>. Acesso em: 3 mar. 2021.

HOUTART, F. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. *In*: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO 2007.

RIBEIRO, M. **Movimento Camponês, trabalho e educação - liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VASCONCELOS, M. A. **Os (des) mascarados: referenciação, ideologia e crítica na construção discursivo-identitária do Black Bloc na mídia brasileira**. 2016. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades, da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2019/11/Dissertac%CC%A7a%CC%83o-Marco-Vasconcelos.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

Recebido para publicação em: 5 mar. 2021.

Aceito para publicação em: 10 jan. 2022.